



QUESTÕES DE GÊNERO, ETNIA E GERAÇÃO: o paradigma da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes e a realidade do acolhimento - desigualdades e sonhos

Luciana Gomes Marinho¹

RESUMO: O artigo tem como objetivo avaliar a Política de Assistência Social voltada para crianças e adolescentes que estão em Acolhimento Institucional, especificamente, aquelas extintas do poder familiar, destituídas do poder familiar ou em processo de destituição do poder familiar e também fora dos “padrões” vigentes de adoção, na perspectiva do direito à convivência familiar e comunitária. Para realizar tal estudo desenvolveu-se uma pesquisa de campo no desenho de um estudo de caso, tendo em vista que o universo a ser avaliado foi a entidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes – Sociedade para o Bem Estar da Família – SOBEF.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes acolhidas, programa de acolhimento institucional, avaliação da política pública de assistência social, família, violação de direitos.

ABSTRACT: The article aims assess Assistance Policy Social facing Children and Adolescents are Reception Institutional specifically those extinct power family, destitute power family or process disempowering familiar and also outside "patterns" existing adoption in perspective right to familiar and communitarian. To accomplish such will held fieldwork where will considered will: case study considering that universe being evaluated will municipality Maracanaú primarily entity host institutional Child and adolescents - Sociedade for Wellness of Family – SOBEF

Key words: Children and adolescents received, residential care program, evaluation of public policy for social assistance, family, violation of rights.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestre. Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: lucianampe@hotmail.com



Este artigo refere-se a uma pesquisa acadêmica de avaliação da Política de Assistência Social voltada para crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional, realizada em 2012. A investigação abordou a problemática dos acolhidos nas seguintes situações: destituídas do poder familiar; em processo de destituição do poder familiar e extintas do poder familiar. Trata-se de meninos e meninas que estão com seus direitos violados e, por conta disso, precisam ser afastados do convívio familiar.

Atualmente, a temática das crianças e dos adolescentes que vivem em instituições de acolhimento ganha destaque após a aprovação, em 2006, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O que se tem notado é que a vivência em instituições foi considerada resultante de situações individuais e familiares caracterizadas como pontuais e, por isso, mereciam poucos estudos e ações que garantissem os direitos dessas pessoas.

Hoje em dia, observa-se, cotidianamente, milhares de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento não apenas por motivos relacionados ao seu histórico familiar, mas também por questões de ordem macroestrutural, que requerem novas providências do poder público e da sociedade civil.

2 DESENVOLVIMENTO

Algumas categorias analíticas se apresentam importantes para o desenvolvimento deste artigo. Inicia-se, então, pela abordagem que cerca a família contemporânea. Discutir sobre família, empiricamente, pressupõe considerar as diversas transformações sofridas por tal instituição nesses últimos anos, podendo-se mencionar as mais relevantes, dentre estas: o aumento da expectativa de vida; a solidariedade familiar intergeracional; a progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho; o controle da reprodução e o crescimento de mulheres chefes de famílias. O significado de tais mudanças contribuiu para que em algumas famílias, principalmente, aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, ocorressem inúmeras rupturas em sua composição, como: corte nas trajetórias educacionais, trabalho precarizado e rompimentos relacionais capazes de gerar a saída de filhos mais jovens, como no caso do acolhimento de crianças e adolescentes.



De acordo com Oliveira (2001), esta precariedade oriunda, eminentemente, de um modelo de desenvolvimento excludente, como a sociedade capitalista, que teve vigência ao longo de toda a história brasileira e que ronda principalmente as famílias pobres, podendo estar relacionado à,

[...] precariedade de políticas públicas que atendam às múltiplas demandas dessa população. Políticas de maior amplitude, direcionadas à habitação, à saúde, à educação e ao trabalho, certamente concorreriam para que grande parte dessas crianças e adolescentes permanecesse com seus familiares (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Dentre os motivos de acolhimento, aparecem no Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento (2009-2010), realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, em parceria com a Fiocruz: carência de recursos materiais (9,7%); negligência (37,6%); pais dependentes químicos/alcoolistas (20,1%); abandono pelos pais (19%); trajetória de rua (10,1%). Estas pesquisas concluem que os motivos que levam crianças e adolescentes ao acolhimento vinculam-se à pobreza, à privação material da família de origem, bem como à privação dos serviços públicos. Famílias que perderam o poder familiar se deram devido à: privação econômico-material, ao não-acesso às políticas sociais, à fragilidade dos laços familiares e ao desenraizamento em relação à cidade.

É importante destacar que, além destes motivos, o acolhimento institucional acontece, majoritariamente, devido a problemas referentes às condições econômicas das famílias e a permanência das crianças e adolescentes nestes espaços se prolonga devido à falta de programas que favoreçam sua reintegração familiar.

Ao longo da história e na realidade atual, os principais motivos que têm condicionado o acolhimento institucional de crianças e adolescentes vinculam-se a impossibilidades materiais da família para lhes oferecer cuidados necessários à fase peculiar de desenvolvimento em que se encontram, e mantê-los em sua companhia – as quais se objetivam, via de regra, pela ausência de trabalho, renda, condições de acesso à educação, saúde, habitação, assistência social, lazer. O que vem crescendo quase sempre da responsabilização da mulher pelos cuidados e supostos descuidos com os filhos (FÁVERO, 2008, p. 20).

Embora a pobreza seja uma constante nas histórias das crianças e dos adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento, ela não pode, por si só, justificar ou explicar toda situação de acolhimento institucional. No entanto, limitar-se à idéia de que crianças e adolescentes são acolhidos por culpa da família também não permite avançar na procura de respostas que considerem e atendam as necessidades destes sujeitos supracitados.



A condição socioeconômica precária das famílias, ao impor maiores dificuldades para a sobrevivência digna do grupo familiar, funcionaria como um elemento agravante e desencadeador de outros fatores de risco preexistentes. No entanto, a pobreza é fator insuficiente para explicar todas as formas da violência no contexto da família.

Finalizando a breve discussão para este artigo sobre a categoria família, pode-se observar que a mesma é fator preponderante para vislumbrar temáticas importantes sobre crianças e adolescentes, pois é permeada por uma relevância apontada no plano sociojurídico e na agenda das políticas públicas. Sua centralidade na vida das pessoas enquanto lugar de afeto e rede de proteção não garante, todavia, que elas possam cumprir seu papel junto às crianças e adolescentes.

Em meio ao universo de pobreza que grande parte das famílias brasileiras está imersa, nos dias de hoje existe também, estreitamente vinculada a esta conjuntura, a violência. Para Guerra (2011), há na atualidade uma violência estrutural que envolve a violência entre classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais². Mesmo assim, ainda se sobressai à violência que “permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal” (GUERRA, 2011, p. 31).

Historicamente, a violência contra crianças e adolescentes, surge desde o século XVII, quando, de acordo com os estudos de Guerra (2011), o conceito de infância estava veiculado a uma idéia de subordinação e de dependência, onde os castigos contra estas se tornaram bárbaros. A violência física doméstica no Brasil foi introduzida pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, em 1549, através de castigos e ameaças. O motivo que levava o índio a agir dessa maneira se devia ao fato de que ele não se utilizava de castigos físicos para o disciplinamento dos filhos.

A violência doméstica é hoje, especificamente, o ponto culminante da violação de direitos contra crianças e adolescentes. Para Guerra (2011), este tipo de violência refere-se: à violência interpessoal; ao abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis; ao processo de vitimização; à situações de imposição de maus-tratos à vítima, de sua completa

² De acordo com Guerra (2011) e Carvalho (1994) as sociedades desiguais encontram a modernidade capitalista como seu pilar de sustentação. Esta modernidade traz em seu bojo algumas características, sendo estas: capitalismo transnacionalizado, movido por processos tecnológicos avançados, informatizado, robotizado, competitivo, além de desindustrialização, perda de mercados pelos países pobres, desemprego massivo, concentração maior da riqueza, aumento da pobreza e a exclusão de países da periferia na competitividade própria a esta modernidade capitalista.



objetualização e sujeição; às formas de violação de direitos essenciais da criança e do adolescente como pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança; a um lócus privilegiado que se encontra na família e que acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.

O abandono, empiricamente, também é considerado como um dos maiores motivos que geram o acolhimento de crianças e adolescentes. Vidal (2006) classifica o abandono em: 1) abandono consequente – oriundo da violência cometida pelos pais em relação a crianças e adolescentes, possibilitando a interferência incontestável do Estado; 2) abandono propriamente dito – referente a crianças totalmente abandonadas, onde a Justiça desconhece-lhes a origem parental; 3) abandono de entrega – condiz com a circunstância em que a mãe biológica entrega o filho a um programa de acolhimento institucional para que a Justiça, desde já detentora do poder familiar, decida sobre o futuro da criança.

Quando a violência e/ou a violação de direitos contra crianças e adolescentes é constatada pelos órgãos que formam o Sistema de Garantia de Direitos - SGD³, as mesmas são encaminhadas para uma instituição de acolhimento.

Um aspecto importante para essa discussão permeia a questão do tempo de acolhimento institucional de muitas crianças e adolescentes que, geralmente, não são inseridos em famílias de apoio e/ou substitutas, permanecendo sem referências socioemocionais relevantes para apoio e conquista em direção à convivência familiar e comunitária.

Historicamente, as atuais unidades de acolhimento institucional eram conhecidas como abrigos e não causavam interesse para pesquisas acadêmicas.

“Abrigos” parece ser um desses temas que suscita pouca concentração de esforços analíticos. Por um lado, não é um assunto politicamente popular. Governos locais quase todos lidam com essa realidade, mas a vêem antes como uma bomba potencial do que como um cartão de visita. Para preencher os “cargos de confiança” que devem administrar esse setor, muitas vezes procuram colaboradores políticos, de qualificação nem sempre verificada. E, entre objetivos imediatos, tendem antes de tudo a procurar maneiras de evitar acontecimentos que resultam em publicidade negativa – motins, casos de abuso por funcionários, etc. Nesse ambiente, não é de se admirar que funcionários e técnicos, pessoas com a maior experiência e engajamento no sistema, se

³ “O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal” (Resolução do CONANDA sobre os parâmetros para a institucionalização do SGD, Nº 113, de 19/04/2006).



sintam pouco estudados quando tentam sistematizar avaliações da rede institucional ou proferir críticas construtivas (FONSECA; ALLEBRANDT; AHLERT, 2009, p. 43).

Os desafios são cotidianos. As mudanças preconizadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente (1990) indicam que as alterações de estrutura nos equipamentos de acolhimento institucional devem vir acompanhadas de um novo programa socioeducativo e não devem se ater apenas à redução do porte das instituições.

Um desafio constante é referente à garantia dos direitos sociais para crianças e adolescentes acolhidos, incluindo também suas respectivas famílias, pois elas refletem “com maior nitidez o estabelecimento do novo modo de produzir” (VIDAL, 2010, p. 241), que acaba por favorecer o sistema de exploração da sociedade capitalista, influenciando assim, diretamente, nas péssimas condições sociais e econômicas com as quais muitos indivíduos convivem.

Neste sentido, há uma necessidade de avaliar a Política Pública da Assistência Social quanto ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes nas seguintes situações: destituídos do poder familiar; em processo de destituição do poder familiar e extintas do poder familiar.

A avaliação pode ser definida

[...] como uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou de guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento (SILVA, 2001, p.49).

Com isso, este artigo buscou avaliar a Política de Assistência Social para criança e adolescentes afastados do ambiente familiar, nos aspectos de permanência e desligamento destes. Neste sentido, na condição de técnica de uma instituição de acolhimento Sociedade para o Bem Estar da Família – SOBEF, especificamente o equipamento de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, denominado Instituto Professor Elias Cavalcante, situada no município de Maracanaú – CE, me impulsionou para realizar tal pesquisa.



O método da pesquisa utilizado configura-se como um estudo de caso entendido como

[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, configurando-se como um delineamento de pesquisa que apresenta interfaces com outros delineamentos [...] valendo-se da observação e da interrogação, tanto quanto da documentação para coleta de dados, afirma GIL (2009, p. 10).

A natureza da pesquisa foi quali-quantitativa, onde especificamente foi avaliada a implementação da Política Pública em questão, ou seja, seu caráter de avaliação escolhido foi a avaliação formativa.

O propósito desta avaliação foi averiguar de que forma estão (ou se estão) sendo pensadas e implementadas estratégias de inclusão social, na perspectiva de como trabalhar efetivamente a permanência dos acolhidos no programa de acolhimento institucional, como também as estratégias de preparação para o desligamento destes.

3 CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada, a caracterização dos acolhidos e acolhidas foi levantada, tendo em vista a importância deste perfil para o devido conhecimento do público em questão. É importante citar que essas informações referem-se aos anos de 2007 a 2011, mas que também serão descritos os números referentes a 2012, como forma de comparar os dados quantitativos.

Foi observado que a maioria dos acolhidos nos anos de 2007 a 2011 pertence ao sexo masculino, ultrapassando a metade do quantitativo, e que em 2012 permanece a maioria masculina, chegando a quase 70% do total dos acolhidos. A faixa etária predominante atualmente é de 12-15 anos, representando 75% dos acolhidos. Foi também observado que os municípios de origem dos acolhidos predominantemente são Maracanaú e Fortaleza, tendo em vista a proximidade da localização do equipamento.

Também foi perceptível que, dos 23 acolhidos, 34,74% estão há cinco anos e que 39,12% estão entre dois e quatro anos, ou seja, 73,86% dos acolhidos da SOBEF ultrapassam o tempo de acolhimento aceitável pelo ECA.



A unidade possui 07 grupos de irmãos acolhidos totalizando 20 pessoas, o que representa 87% do total atual de crianças e adolescentes na SOBEF. Não obtive informações acerca da característica da raça/etnia, no período de 2007 à 2011, tendo em vista não haver informações suficientes sobre este aspecto. Já quanto ao ano de 2012 há, majoritariamente, (47,8%) a etnia afrodescendente na unidade de acolhimento, seguida da parda (42,4%) e minoritariamente a cor branca (8,7%) surge neste cenário.

Fazendo uma análise a respeito do perfil de meninos e meninas predominante na SOBEF, da lei vigente que trata tal problemática e dos dados existentes sobre adoção no Brasil, observei que há um vácuo, ou uma lacuna quanto ao atendimento dispensado à criança e adolescente acolhido. A lei preconiza que o acolhimento não pode ultrapassar o período de dois anos em seu art.19, § 2º. O perfil predominante na instituição é menino, pertencente a grupo de irmãos, maior de 08 anos de idade, afrodescendente e ultrapassa o período máximo de acolhimento institucional. Já os dados referentes à adoção no Brasil perpassam as seguintes características: menina, não pertencente a grupo de irmãos, branca e menor de 02 dois anos de idade.

Por fim, observei que as garantias não são efetivadas, apontando para uma realidade de desgarantias, tendo em vista as inúmeras situações vivenciadas que contribuem para esta conjuntura, como: a desgarantia do caráter provisório e excepcional do acolhimento institucional; a desgarantia do atendimento prioritário, a desgarantia de um trabalho articulado e intersetorial; a desgarantia dos encaminhamentos necessários para os possíveis casos de adoção; a desgarantia da convivência familiar, tendo em vista a perda de contato da maioria dos familiares envolvidos; a desgarantia de serem reconhecidos nos ambientes públicos como cidadãos de direitos. Enfim, as desgarantias são inúmeras neste perverso universo de acolhimento, em detrimento de um único sonho, que nutre e mantém estes meninos e meninas na unidade: o sonho de possuir uma família e, com isso, sair da situação de acolhimento institucional.

Por fim, acredito que a implementação da Política Pública de Assistência Social voltada para crianças e adolescentes vítimas de violência, mesmo diante dos inúmeros avanços conquistados, necessita ser orientada e baseada no compromisso da defesa intransigente dos direitos de meninos e meninas à vida, à segurança e à liberdade. E os seus sonhos? Seus



sonhos perpassam pelo imaginário da desinstitucionalização e da formação da família ideal! A família que acolhe independente de qualquer atitude.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**: um cenário em (des)construção. UNICEF, 2005. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf. Acesso: 21 abr. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em: 21 abr. 2011.

BRASÍLIA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano de Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

_____. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília-DF: CONANDA, CNAS, MDS, 2009.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras Editora, 2007. (Séries Temas, 5).

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. In: **Abrigo comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Correa, 2004. p 39 a 48.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2010.